

INFLUÊNCIA DO FOCO REGULATÓRIO CRÔNICO E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA NO CONSUMO CONSCIENTE DE ÁGUA

ANA CLARA LIRA DO NASCIMENTO

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

PATRÍCIA DE OLIVEIRA CAMPOS

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

MARCONI FREITAS DA COSTA

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

INFLUÊNCIA DO FOCO REGULATÓRIO CRÔNICO E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA NO CONSUMO CONSCIENTE DE ÁGUA

1 INTRODUÇÃO

O constante aumento no consumo de água e os crescentes problemas ambientais decorridos vêm gerando preocupações quanto a sua disponibilidade para as gerações futuras. É sabido que a água é um recurso bastante abundante no planeta, correspondendo a cerca de 71% de toda a sua superfície, no entanto, somente uma parcela desta encontra-se em condições para o uso e uma quantidade ainda menor é considerada potável – 2,5% e 0,3%, respectivamente (VERIATO *et al.*, 2015). Além disso, tal recurso é mal distribuído entre os países e dentro destes. O Brasil, por exemplo, é uma das nações que mais possui disponibilidade, perfazendo 12% da água doce mundial, porém há regiões, como o Nordeste com um alto déficit hídrico, ocasionando em períodos de seca (CAMPOS, 2014). Ademais, com o aumento da população e a elevação nos padrões de vida, a tendência é que o uso desse recurso continue a aumentar, o que intensificará a ausência de disponibilidade (CARMO *et al.*, 2014; VERIATO *et al.*, 2015)

À vista disso, é consenso que a utilização da água deva ocorrer de maneira eficiente, mediante uma gestão eficaz e a adoção de comportamentos responsáveis que busquem contribuir para a sua conservação (LIRA, 2018). Assim, considerando que se faz necessária uma maior atenção e responsabilidade para com o meio ambiente e relacionando-a para o fato de que algumas simples ações cotidianas podem fazer uma grande diferença, o consumo – como atitude diária fundada em aquisições –, pode ser usado como ferramenta para a diminuição dos problemas ambientais (ANDERSSON; NÄSSEN, 2016). Com efeito, sabe-se que pelo seu caráter complexo e social, e conservado por inúmeros aspectos, o consumo possui forte influência na vida humana e do planeta. Portanto, a redução do uso dos recursos naturais é uma das formas de demonstrar um compromisso com o meio ambiente, a partir de um consumo mais consciente ecologicamente (DONG *et al.*, 2020).

Nesse sentido, há uma tendência de que o ser humano desenvolva comportamentos de consumo que possam minimizar ou até mesmo neutralizar, direta ou indiretamente, os resultados socioambientais negativos de suas ações (MARGETTS; KASHIMA, 2017). É por meio dessa sensibilização que os indivíduos são estimulados a agir de maneira mais responsável, motivados principalmente pelo aumento constante dos problemas vinculados ao meio ambiente e pelas suas preocupações a eles. Para tanto, é de grande importância a percepção dos indivíduos quanto a sua responsabilidade para o aumento dos problemas ambientais, de modo a gerar atitudes que os levem a um comportamento consciente, ou seja, ao desenvolvimento de uma consciência ecológica (ROBERTS, 1996a).

Apesar da existência da consciência ecológica como preditora a esse tipo de consumo, alguns outros fatores podem influenciar nessa decisão, como os objetivos individuais e a disposição para alcançá-los (MANTOVANI *et al.*, 2015). De fato, os consumidores orientam seu comportamento para atingir suas necessidades e desejos, então a forma com a qual processam as informações recebidas e tomam suas decisões depende dessas conquistas esperadas (KROTH; LÖBLER, 2019). Por isso, as motivações individuais e a busca por suas realizações devem ser consideradas como variáveis influenciadoras ao consumo (WERTH *et al.*, 2006) e, conseqüentemente, ao consumo consciente. Uma abordagem que tem contribuído com essa perspectiva é a teoria do foco regulatório, o qual trata-se de uma estratégia específica e uma orientação motivacional que o indivíduo adota durante a busca de seus ideais ou deveres e surge de situações em que o consumidor é obrigado a buscar metas diferentes de acordo com suas motivações (HIGGINS, 1997).

De fato, esta regulação tem um importante papel na determinação dos produtos e serviços que serão consumidos, por meio da busca pelo alcance de resultados positivos ou do

afastamento dos negativos (WESTJOHN *et al.*, 2016). Acredita-se que a forma como os indivíduos encaram os seus objetivos de consumo de água, para alcançar melhorias ou evitar o contrário disto, irá determinar como fazem uso deste recurso. Igualmente, o nível de consciência ecológica dos indivíduos no que tange à água e à forma como reagem aos problemas ambientais, por meio de decisões e ações, também se espera que tenha influência sobre o seu consumo responsável. Portanto, a consciência ecológica e o foco regulatório dos indivíduos podem ser fatores relevantes para a mensuração do comportamento de consumo consciente (LAGES; VARGAS NETO, 2002; PENG *et al.*, 2015), e, por sua vez, da água.

À vista de que o consumo consciente pode ser influenciado em níveis e em maneiras diferentes, a depender da região e do item utilizado (LAGES; VARGAS NETO, 2002), torna-se necessário analisar especificamente o consumo da água, uma vez que este é um recurso limitante. Nesse contexto, o estudo versa sobre o consumo consciente de água na mesorregião do Agreste pernambucano, localizada dentro do semiárido brasileiro. Na referida região, as condições geográficas são responsáveis por proporcionar baixa precipitação e umidade, o que resulta em pouco volume de água nos mananciais, principalmente em períodos de seca (CAMPOS, 2014). Desta forma, o seu uso consciente é um importante meio de conservá-la e garantir a sua disponibilidade em períodos com menor índice de chuva. Entender o que influencia o uso da água neste contexto pode ter uma importante contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas que levem à otimização do uso desse recurso e, conseqüentemente, a sua maior conservação.

Portanto, o presente estudo tem o objetivo de mensurar como a consciência ecológica e as características do foco regulatório dos indivíduos influenciam o consumo consciente de água no Agreste Pernambucano, evidenciando qual dos dois possuem maior apelo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Consumo Consciente de Água

Com o surgimento de preocupações com relação ao meio ambiente, a água, em especial, tornou-se um dos principais focos de debate, principalmente devido ao grande aumento do seu consumo aliado à escassez de sua disponibilidade, e ainda a sua alta necessidade à vida (VERIATO *et al.*, 2015). Por ser um recurso essencial para prosperidade da economia e da sociedade, os recursos hídricos precisam ser bem utilizados para garantir a sua conservação e a sua existência para as gerações futuras (CARMO *et al.*, 2014). Todavia, é esperado que o seu consumo continue aumentando de forma exponencial nas próximas décadas, tornando a problemática ainda mais preocupante (VERIATO *et al.*, 2015). Nesse contexto, destaca-se a necessidade da sensibilização para adoção de um consumo consciente da água.

O consumo consciente pode ser definido como aquele pelo qual os consumidores levam em conta, durante as suas decisões, os aspectos sociais e ambientais, além das suas próprias necessidades de consumo, a fim de proporcionar menores prejuízos ao ambiente em que vive (SILVA *et al.*, 2013). De acordo com Hamza e Dalmarco (2012), o seu conceito sugere uma mudança no comportamento do consumidor, com uma preocupação maior com o ambiente e abrangendo variáveis mais coletivas e responsáveis no consumo. Assim, os consumidores passam de “cidadão consumidor” para “consumidor cidadão”, o qual leva em conta a eficiência dos produtos e serviços com relação aos impactos que estes podem causar ao meio ambiente (VALOR; ANTONETTI; MERINO, 2020).

Nessa perspectiva, o comportamento consciente com relação à água é um fator importante e que deve ser desenvolvido entre os indivíduos para colaborar com a diminuição dos problemas hídricos (FAN *et al.*, 2014). Para adoção dessa forma de consumo, diferentes fatores podem surgir como motivadores, tanto em nível intrínseco aos indivíduos, quanto ao

meio externo a eles. No que tange às externalidades, estudos anteriores apontam que a qualidade da água e do seu acesso, às características da região, o nível de educação e de renda da população (CARMO *et al.*, 2014; GÓMEZ-LLANOS *et al.*, 2020), os hábitos dos consumidores, o custo da água, a confiança nas autoridades e, principalmente, a percepção sobre o retorno desse comportamento consciente, têm importância na decisão de consumo da água (LILLEMO, 2014). Além desses, alguns fatores relacionados diretamente aos indivíduos, como as suas percepções e atitudes ambientais, destacam-se também como preditores ao consumo consciente da água (FAN *et al.*, 2014).

No entanto, para que essas atitudes ambientais sejam desenvolvidas é fundamental que os consumidores estejam envolvidos com a problemática e apresente sensibilização com relação a ela. De fato, quanto mais informações os indivíduos possuem sobre o seu ambiente e sobre as consequências de suas ações, maiores são as suas responsabilidades sobre elas e maior a chance de que ocorra um comportamento responsável, portanto (FAN *et al.*, 2014; GÓMEZ-LLANOS *et al.*, 2020). Em estudos recentes realizados por Fan e colaboradores (2014) e Gómez-Llanos e colaboradores (2020), foi identificado que quando não existe uma percepção correta da realidade hídrica, maior a possibilidade de desperdício e menor o comportamento responsável no uso desse recurso.

Na tentativa de minimizar o desperdício, a cobrança pelo uso da água foi instituída como uma das ferramentas para controlar a sua utilização e minimizar os impactos advindos do uso em larga escala, incentivando a racionalização (FINKLER *et al.*, 2015). Mas, com o aumento da renda da população, o custo da água parece não mais apresentar eficácia para redução do seu uso, o que revela a necessidade da propagação da conscientização, de fato (CARMO *et al.*, 2014; FAN *et al.*, 2014). Assim, ressalta-se a importância do desenvolvimento de políticas públicas de conservação dos recursos hídricos, bem como de conscientização da população quanto ao seu uso, desde que essas sejam realizadas de maneira adequadas às características do contexto e da população. Considera-se, pois, que as ações individuais têm grande potencial para colaborar com a minimização dos problemas ambientais e acredita-se que o consumo consciente terá resultados positivos quanto à minimização da problemática hídrica (VERIATO *et al.*, 2015).

2.2 Teoria do Foco Regulatório

As ideias clássicas a respeito da motivação dos indivíduos buscavam explicar os seus comportamentos a partir da busca pelo sucesso, mais especificamente pela aproximação do prazer ou o evitamento da dor (KROTH; LÖBLER, 2019). No entanto, a tendência de investigação baseava-se apenas no alcance das metas, dando ênfase às consequências da busca por resultado. Esses estudos não consideram, entretanto, a individualidade pertencente a cada um e as diferentes ideias de êxito existentes para cada indivíduo, as quais fazem com que se utilizem de estratégias também não semelhantes (HIGGINS *et al.*, 2001; KROTH; LÖBLER, 2019), baseadas em suas necessidades, preocupações, aspirações, obrigações e etc (HIGGINS *et al.*, 1997). Diante disso, Higgins e colaboradores (1997) afirmaram que além de concentrar os estudos para o resultado da busca, deveriam voltar-se a entender as diferentes maneiras de alcançá-lo.

Nessa perspectiva, propôs a *Regulatory Focus Theory* (RFT) – Teoria do Foco Regulatório –, a qual apresenta que o comportamento para objetivos é regulado por dois sistemas opostos (HIGGINS *et al.*, 1997; HIGGINS *et al.*, 2001). Essa regulação pode ser manipulada por um algum contexto, podendo ser, então, distinta de acordo com a situação, ou pode ser crônica. O foco regulatório crônico é desenvolvido no decorrer da vida e sofre influência de relações sociais, principalmente entre pais e filhos. Por meio delas, as crianças vão aprendendo suas formas de regulação a partir das trocas com os pais – principalmente de

ordem – e posteriormente as reproduzem para atingir seus objetivos (COSTA *et al.*, 2018). Assim, a tendência é que o indivíduo seja direcionado a agir conforme a sua autorregulação crônica, baseando-se em situações anteriores nas quais obteve sucesso, seja por meio de regulações preventivas ou promocionais (HIGGINS *et al.*, 2001).

Esses mecanismos de regulação influenciam as atitudes dos indivíduos a partir de suas motivações, utilizando-se de táticas baseadas em promoção ou prevenção. O foco em promoção regula as ações a partir das realizações, por isso direciona-se para o aumento de resultados positivos. O de prevenção, por sua vez, regula-se para a segurança, com o objetivo de minimizar os resultados negativos (HIGGINS *et al.*, 2001). Nesse sentido, os sujeitos com foco regulatório em promoção, por se caracterizarem pela ânsia de suas aspirações, aderem a estratégias agressivas em busca de sucesso. Já aqueles regulados pela prevenção, mantêm-se seguros a partir de uma atitude de vigilância (HIGGINS *et al.*, 2001; KROTH; LÖBLER, 2019). Ou seja, para aqueles que possuem foco promocional, o sucesso ocorre quando a situação atual (*status quo*) avança para um estado ainda melhor, ocorrendo maximização de ganhos. Ao contrário, o segundo caracteriza-se pelas necessidades obrigatórias, dessa forma, a busca é para manter o *status quo* por meio de “não-perdas” (KROTH; LÖBLER, 2019).

Nesse contexto, evidencia-se que a regulação do indivíduo tem influência em suas decisões e ações por isso contribui para entender o comportamento humano (PENG *et al.*, 2015). No que se refere à tomada de decisão, identificou-se que aqueles com foco promocional têm preferência por retornos imediatos, enquanto àqueles voltados à prevenção tendem a desejar resultados a longo prazo (WANG *et al.*, 2019). Em situações de negociação que envolvam responsabilidade com e por terceiros, aqueles com foco preventivo tendem a apresentar um resultado mais positivo, visto que se sentem mais à vontade com obrigações, ocorrendo assim o ajuste regulatório (PENG *et al.*, 2015). Igualmente, essa teoria também vem sendo utilizada para entender as condutas de consumo, dado que influencia as metas desejadas, a percepção de informações e as avaliações feitas pelos consumidores, fatores estes decisivos no momento de compra (WERTH *et al.*, 2006; MANTOVANI *et al.*, 2015).

A depender do perfil e dos objetivos de consumo, as informações serão avaliadas de maneiras distintas, resultando em estratégias também distintas, reguladas pelos mecanismos de promoção ou prevenção dos indivíduos (MANTOVANI *et al.*, 2015). Dessa maneira, as características e a importância dos produtos são influenciadas pelos sistemas regulatórios do consumidor e, assim, influenciam também o seu comportamento (WERTH *et al.*, 2006). Os estudos desenvolvidos a partir dessa perspectiva indicam que os consumidores se voltam aos produtos relacionados a sua regulação (AAKER; LEE, 2001), bem como dão maior atenção às informações relacionadas a ela. Logo, a intenção de compra é maior quando há o ajuste regulatório entre as mensagens passadas e o indivíduo. Ou seja, a orientação ocorre para que seja consumido aquilo que esteja alinhado com a sua perspectiva de sucesso (CHANG *et al.*, 2019). Portanto, torna-se possível, através dessa teoria, visualizar como os sujeitos traçam suas estratégias e metas de consumo (MANTOVANI *et al.*, 2015).

Nessa perspectiva, espera-se que a RFT disponha de potencial para entender os diferentes tipos e desdobramentos desse comportamento, como o consumo consciente, uma vez que este caracteriza-se como uma escolha, pela qual o indivíduo concentra-se na busca pela minimização dos impactos negativos e/ou aumento dos positivos (SILVA *et al.*, 2013). Pressupõe-se, então, que a RFT poderá explicar o que motiva o comportamento consciente da água e quais dos dois sistemas têm maior propensão para adotá-lo. Entender os atributos motivacionais quanto à conservação dos recursos hídricos poderá fornecer informações para identificar com isto é feito, e a partir desse conhecimento facilitar o desenvolvimento de ações mais ideais e efetivas para a sua conservação, uma vez que estariam aliadas aos objetivos dos cidadãos (AAKER; LEE, 2001; PHAM; CHANG, 2010).

Assim, o sistema de regulação, por influenciar na avaliação, poderá determinar a maneira com a qual essa ideia será percebida e como os seus benefícios serão analisados, bem como poderá afetar quais informações serão mais relevantes para cada cidadão (WERTH *et al.*, 2006; PHAM; CHANG, 2010). Por apresentarem um perfil mais vigilante, conservador e com responsabilidade perante terceiros (HIGGINS *et al.*, 1997; PENG *et al.*, 2015), propõe-se que aqueles com foco crônico em prevenção – motivados por suas obrigações – terão uma tendência maior à adoção de um consumo consciente, inclusive no que se refere à água. Enquanto na regulação para promoção, por estarem em constante busca de seus ideais e da obtenção de ganhos, não ocorrerá o ajuste regulatório para o comportamento conservador quanto ao uso desse recurso. Assim, apresenta-se as seguintes hipóteses:

H1: o foco regulatório crônico em promoção está negativamente relacionado ao consumo consciente de água.

H2: o foco regulatório crônico em prevenção está positivamente relacionado ao consumo consciente de água.

2.3 Consciência ecológica

As questões ambientais retratadas a partir da segunda metade do século XX desempenharam um importante papel no despertar de um senso de responsabilidade ambiental nos indivíduos (ROBERTS, 1996a). O surgimento dessas preocupações caracterizou-se como um relevante fator para o desenvolvimento de ações mais responsáveis no que tange ao meio ambiente, em busca do equilíbrio entre a satisfação das necessidades e a preservação da natureza (ROBERTS, 1996b; ROBERTS; BACON, 1997). Inicialmente, tentava-se entender essa atitude responsável a partir dos aspectos relacionados à demografia. Mas, posteriormente, foi percebido que fatores como as preocupações e atitudes ambientais tinham uma relação mais positiva para explicá-lo. A partir disso, evidenciou-se a relação entre o estabelecimento de uma consciência ecológica (CE) e o comportamento consciente (LAGES; VARGAS NETO; 2002).

A consciência ecológica é definida como a tendência para agir de forma favorável ao meio ambiente (ROBERTS; BACON, 1997). Em outras palavras, trata-se da preocupação com o fato de que alguns hábitos podem causar impactos ambientais negativos, por isso devem ser evitados ou realizados de modo mais responsável. De acordo com Lages e Vargas Neto (2002), a CE é resultado de diferentes subníveis de consciência ecológica os quais referem-se às distintas dimensões que as preocupações ambientais podem existir. Nesse sentido, um mesmo indivíduo pode ter comportamento de conservação dos recursos em âmbito doméstico, e, mesmo assim, consumir produtos com grande potencial para gerar problemas ambientais, influenciado pelas suas percepções e necessidades individuais.

De fato, mesmo que o comportamento responsável tenha dependência das percepções e objetivos individuais, a consciência ambiental caracteriza-se como a de maior influência na formação de hábitos responsáveis (SCHLEGELMILCH *et al.*, 1996; LAGES; VARGAS NETO; 2002). Isso porque indivíduos ecologicamente conscientes pensam mais cuidadosamente antes de fazer suas escolhas (ROBERTS, 1996b), portanto, apresentam maior tendência ao desenvolvimento de um comportamento ecológico, influenciados por suas preocupações ambientais (ROBERTS; BACON, 1997; LIRA, 2018). A partir da ideia apresentada, diversos estudos vêm sendo desenvolvidos, principalmente com um olhar voltado ao comportamento do consumidor (LI *et al.*, 2020).

Estes estudos afirmam que o posicionamento a favor do meio ambiente tem uma grande relação com o consumo consciente. Dessa forma, a CE tem impacto sobre o ato de consumir, colaborando para a criação de um consumidor mais responsável que leva em consideração as

questões ambientais no momento de compra (GOLOB; KRONEGGER, 2019). No entanto, a existência de preocupações ambientais não significa, necessariamente, a mudanças de hábitos, o que foi confirmado por estudos que indicaram uma significativa diferença entre as percepções individuais e as ações na prática (ROBERTS, 1996b; LIRA, 2018). Isto porque os indivíduos podem ter atitudes ecologicamente responsáveis apenas em alguns segmentos, não adotando-as para todas as suas ações, ou podem não estar dispostos a mudarem seus hábitos, mesmo que possuam uma consciência ambiental (LAGES; VARGAS NETO, 2002; GOLOB; KRONEGGER, 2019).

Essas descobertas evidenciam que a CE apenas não garante a adoção de uma conduta consciente, apesar de ser uma importante preditora. Desta forma, considerando que a CE tem influência sobre os indivíduos de maneiras distintas e que o comportamento consciente pode acontecer apenas em alguns segmentos (LAGES; VARGAS NETO, 2002; GOLOB; KRONEGGER, 2019), ressalta-se a necessidade de entender a relação entre CE e consumo de forma individual, voltada a um item específico, em busca de encontrar a relação entre essas duas variáveis. Assim, se a consciência ecológica influencia em certa medida o consumo consciente e as modalidades desse consumo. Logo, pode-se conjecturar que a CE também possui influência no consumo consciente de água. Como forma de testar essa conjectura, a seguinte hipótese foi elaborada:

H3: a consciência ecológica está positivamente relacionada ao consumo consciente de água.

É consenso na literatura que a CE é um dos principais motivadores ao comportamento ecologicamente consciente (SCHLEGELMILCH *et al.*, 1996; COSTA; ALVARES, 2018; LI *et al.*, 2020). Desse modo, o conhecimento dos problemas relacionados aos recursos naturais e de sua real influência sobre eles torna-se um fator muito importante para a conscientização, visto que a exposição às questões ambientais possui uma relação positiva com a CE (LAGES; VARGAS NETO, 2002; LIRA, 2018). Em adição, quanto maior a efetividade percebida resultante do seu comportamento, maior a possibilidade de este ser aderido mais recorrentemente, visto que os indivíduos se sentem motivados a continuar contribuindo (COSTA; ALVARES, 2018).

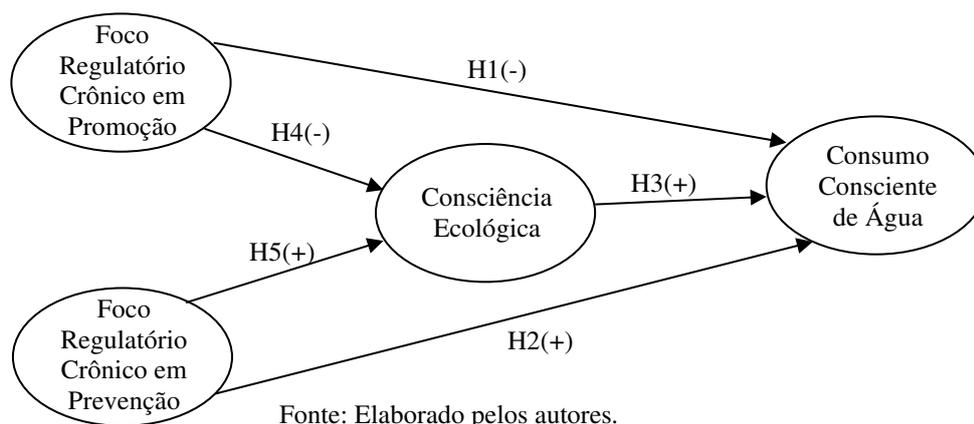
Por isso, além da intervenção externa, aspectos particulares também podem ter influência para a consagração da CE. Em geral, aqueles que possuem características altruístas, com preocupações para além de si mesmos, têm uma tendência maior a desenvolver uma consciência ambiental (COSTA; ALVARES, 2018). Dessa maneira, evidencia-se uma relação entre as motivações e regulações e a adoção de uma consciência ecológica. Nesse sentido, é possível que o seu foco de regulação funcione como tendência positiva ou negativa à CE. Considerando o alinhamento entre o foco regulatório crônico em prevenção e as características dos indivíduos conscientes ecologicamente apresentadas pelos autores citados, as seguintes hipóteses de pesquisa foram elaboradas:

H4: o foco crônico em promoção está negativamente associado à consciência ecológica.

H5: o foco crônico em prevenção está positivamente associado à consciência ecológica.

Para melhor visualização das relações aqui propostas, elaborou-se a Figura 1 apresentada a seguir, que apresenta as relações proposta entre os focos regulatórios, a consciência ecológica e o consumo consciente de água.

Figura 1 – Modelo teórico



Fonte: Elaborado pelos autores.

3 MÉTODO

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem quantitativa, com o intuito de elaborar um modelo teórico explicativo do consumo consciente de água. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, seguindo um modelo estruturado e desenvolvida a partir da definição de hipóteses (MALHOTRA, 2012). O levantamento dos dados, seguindo as orientações de Malhotra (2012), ocorreu por meio de um corte transversal (*cross-sectional survey*), considerando uma amostra de consumidores de água da mesorregião do Agreste pernambucano. A partir dessa amostra, buscou-se fazer inferências sobre a população observada, como proposto pela ideia de amostragem (COOPER; SCHINDLER, 2003). O tipo de amostragem utilizada caracteriza-se como não-probabilística por conveniência, a qual tem seu uso sugerido quando não se consegue atender aos requisitos da amostra probabilística, de aleatoriedade na seleção dos elementos para compô-la, ficando, assim, a seleção das unidades amostrais (respondentes) a critério do pesquisador (HAIR *et al.*, 2009).

A amostra do estudo foi composta por diferentes perfis de moradores da região supracitada, consumidores de água em seu cotidiano, com o objetivo de garantir heterogeneidade na amostra. Com base no critério de ter, pelo menos, 5 respondentes para cada item do questionário (HAIR *et al.*, 2009), o mínimo de respondentes para esta pesquisa seria de 115, uma vez que o questionário é composto por 23 itens. Ao final, as respostas obtidas corresponderam a 188 participantes, sendo alcançadas por meio de um questionário aplicado em âmbito virtual. O instrumento de coleta de dados foi elaborado com base em três escalas validadas na literatura.

Utilizou-se a escala do foco regulatório crônico (HIGGINS *et al.*, 2001), a escala de consciência ecológica (LAGES; VARGAS NETO, 2002) e a escala de consumo consciente da água (FAN *et al.*, 2014). A forma de medição destas se sucedeu a partir de um questionário, utilizando escala numérica do tipo Likert, com concordância que varia de 1 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente). Para maior objetividade, o questionário foi dividido em quatro seções, sendo três voltadas para as escalas citadas anteriormente e o último designado a entender o perfil demográfico dos respondentes. A coleta contou ainda com uma pergunta inicial referente ao município de residência do respondente, de modo a identificar se este residia na região estudada, para que, assim, sua resposta fosse validada no momento de análise. No Quadro 1 a seguir, apresentam-se as perguntas utilizadas no questionário.

Quadro 1 – Itens do questionário

Dimensões	Escalas	Itens
		Q1. Comparando-me a maioria das pessoas, normalmente, não consigo obter tudo o que desejo na minha vida.

Foco Regulatório Crônico Traduzida de: Higgins <i>et al.</i> (2001)	Escala de concordância de 10 pontos. 11 itens	Q2. Quando era criança, nunca fiz algo que meus pais não tolerassem.
		Q3. Recorrentemente, consigo coisas que me deixam motivado/a a continuar trabalhando muito.
		Q4. Quando era criança, irritava meus pais com frequência.
		Q5. Quando era criança, sempre obedecia a regras estabelecidas pelos meus pais.
		Q6. Quando estava crescendo, eu nunca agi de maneira que meus pais me censurassem.
		Q7. Sempre consigo realizar bem as diferentes atividades que tento.
		Q8. Por não ser suficientemente cuidadoso/a, às vezes coloco-me em apuros.
		Q9. Quando se trata de alcançar as coisas que são importantes para mim, acho que não executo tão bem quanto eu idealmente gostaria de fazer.
		Q10. Sinto que fiz progressos para ser bem-sucedido/a na minha vida.
		Q11. Eu tenho encontrado poucas atividades na minha vida que capturam o meu interesse ou motivam-me a colocar esforço para elas.
		Consciência ecológica Lages e Vargas Neto (2002)
Q13. Na minha residência eu separo o lixo orgânico do lixo seco.		
Q14. Eu procuro comprar eletrodomésticos que consomem menos energia elétrica.		
Q15. Sempre que possível, eu procuro comprar produtos com embalagens reutilizáveis.		
Consumo consciente de água Traduzido de Fan <i>et al.</i> (2014).	Escala de concordância de 8 pontos. 10 itens	Q16. Nossa sociedade está passando por escassez de água e problemas de poluição.
		Q17. É importante sempre conservar a água para evitar a escassez de água.
		Q18. As pessoas não deveriam usar mais água em casa além do necessário.
		Q19. Se cada família reduzir um pouco a quantidade de água que utiliza, isto faria uma grande diferença para a sociedade.
		Q20. Fazer um esforço para economizar água é uma indicação de boa educação e cultura.
		Q21. Sinto uma obrigação moral de usar a água com cuidado.
		Q22. Meus vizinhos e amigos sempre buscam conservar água.
		Q23. Regularmente, verifico a conta da água.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise dos dados ocorreu por meio de tabelas, com o uso de estatísticas descritivas e inferenciais, e para viabilizar as análises, utilizou-se *softwares* estatísticos (SPSS e AMOS). Devido ao contexto espacial da pesquisa, fez-se necessário um tratamento inicial dos dados, a fim de descartar os respondentes que não pertenciam à região estudada. No total, foram retiradas nove respostas, resultando em uma amostra válida de 179 respondentes. Após isso, os dados foram, inicialmente, analisados por meio de estatística descritiva (frequência, média e desvio-padrão) para uma compreensão mais detalhada das informações coletadas e definição do perfil demográfico dos respondentes (AAKER *et al.*, 2009). Em seguida, avaliou-se a confiabilidade das escalas por meio do coeficiente alfa de Cronbach. Por fim, realizou-se os testes das hipóteses a partir da modelagem de equações estruturais (ANDERSON; GERBING, 1998).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O perfil demográfico dos respondentes foi constituído por moradores de vinte e cinco cidades do Agreste pernambucano, sendo uma parcela significativa de 33% oriunda do município de Caruaru, um dos maiores da região, tanto em população quanto no que se refere à economia. Destes, a maioria se apresenta com idade entre 18 e 26 anos (71,5%) e 24,6% tem entre 27 e 36 anos, o que classifica a amostra com um perfil jovem. Com relação ao sexo, 55,9% são mulheres e 44,1%, homens; e ao estado civil, 73,2% declarou ser solteiro(a), enquanto

25,7% estão casados ou em uma relação estável. O elevado número de respondentes solteiros tem relação com o perfil jovem da amostra. Sobre o grau de instrução, 63,7% possuem ensino superior completo ou incompleto, 21,2% possui pós-graduação e 12,9% concluiu apenas o ensino médio. A renda familiar dos respondentes é, majoritariamente, de até três salários mínimos (68,7%) e 15,6% tem uma renda acima de três e até sete salários.

4.1 Análise do modelo de mensuração

Com o objetivo de atingir bons índices de ajustamento do modelo de mensuração, foi necessária a retirada de alguns itens durante o processo de análise. Assim, foram retirados os itens PO3 e PO4 da escala do foco regulatório crônico em promoção; PE1, PE3 e PE4 da escala do foco regulatório crônico em prevenção; CE2 da escala de consciência ecológica; por fim, CA4, CA5, CA6, CA7 e CA8 da escala de consumo consciente de água. Após a retirada, obteve-se os seguintes índices de ajustamento: $\chi^2/df (54,847/47) = 1,167$ ($p = 0,202$); TLI = 0,959; CFI = 0,971; NFI = 0,837; PCFI = 0,691; RMSEA = 0,031; PCLOSE = 0,833; ECVI = 0,664; MECVI = 0,692. Estes índices indicam que o modelo possui um bom ajustamento.

Para verificar a confiabilidade e validar as escalas utilizadas, foram analisados o Alpha de Cronbach, a Confiabilidade Composta (CC) e a Variância Média Extraída (AVE) para cada construto (Tabela 1). No que se refere à confiabilidade, o Alpha de Cronbach é utilizado para mensurar a consistência interna entre os itens das escalas (HAIR JR. *et al.*, 2009; MALHOTRA, 2012). Da mesma forma, a confiabilidade composta (CC) também avalia essa consistência e, de acordo com Bagozzi e Yi (1998), deve corresponder a um valor mínimo de 0,6; para os itens analisados, apenas o Foco em Prevenção (PE) apresentou um índice aceitável de 0,592. Para validar as escalas, ou seja, identificar se as perguntas medem o conceito analisado (CAMPBELL; FISKE, 1959), utilizou-se os valores obtidos pela AVE, os quais devem ser iguais ou superiores a 0,5. Tal resultado foi encontrado para as variáveis aqui utilizadas, apenas a Consciência Ecológica (CE) e Consumo de Água (CA) apresentaram valores aceitáveis de 0,489 e 0,473, respectivamente.

Tabela 1 - Estatística descritiva, Alpha de Cronbach, Confiabilidade Composta e Variância Média Extraída

Variáveis	Cronbach	CC	AVE
Foco em Promoção (PO)	0,680	0,901	0,742
Foco em Prevenção (PE)	0,592	0,592	0,614
Consciência Ecológica (CE)	0,627	0,740	0,489
Consumo da Água (CA)	0,670	0,710	0,473

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em adição à validação das escalas, também foi analisada a validade discriminante de cada construto, a qual é definida como o grau em que um item não se relaciona com aqueles que deveria divergir (SÁNCHEZ, 1999). Assim, a AVE não deve apresentar alta correlação com construtos os quais são, teoricamente, distintos. Para sua obtenção, comparou-se a AVE, a variância compartilhada e as correlações (Tabela 2). Nota-se que a AVE (valores na diagonal, em negrito) de cada constructo possui valor acima de sua correlação com os outros construtos (valores abaixo da diagonal, em cinza) e também é superior aos valores obtidos pela variância compartilhada (valores acima da diagonal), o que comprova a validade discriminante entre os constructos.

Tabela 2 - Correlações, Variância compartilhada, AVE, Média e Desvio padrão

Variáveis	PO	PE	CE	CA
PO	0,742	0,277	0,021	0,001
PE	0,526	0,614	0,051	0,016
CE	0,144	0,225	0,489	0,005
CA	0,018	0,127	0,069	0,473
Média	6,72	7,19	7,21	9,64
Desvio Padrão	1,80	2,13	2,03	0,62

Fonte: Elaborada pelos autores.

4.2 Análise do modelo estrutural

Após a validação e confiabilidade das escalas, foi realizada a análise do modelo estrutural, com o objetivo de identificar o ajuste do modelo com a realidade estudada. De acordo com a Tabela 3, é possível verificar que o ajustamento obtido foi satisfatório, demonstrando a adequação do modelo mediante as relações de causação propostas (KLINE, 2011). Apenas com relação ao *p-value* e ao RMSEA houve uma pequena diferença no que se refere ao valor aceitável. No entanto, foi possível realizar a aplicação da modelagem de equações estruturais a partir dos índices encontrados.

Tabela 3 - Índices de ajustamento do modelo

Índices	Resultados	Critérios
χ^2/df (72,025/48)	1,501	[1; 2]
<i>p-value</i>	0,014	>0,05
GFI	0,939	>0,90
IFI	0,917	>0,90
TLI	0,878	>0,80
CFI	0,911	>0,90
NFI	0,786	[0,70; 0,80]
PCFI	0,663	<0,80
RMSEA	0,053	<0,05
PCLOSE	0,392	>0,05
EVCI	0,750	Quanto menor é melhor
MEVCI	0,777	Quanto menor é melhor

Fonte: Elaborada pelos autores.

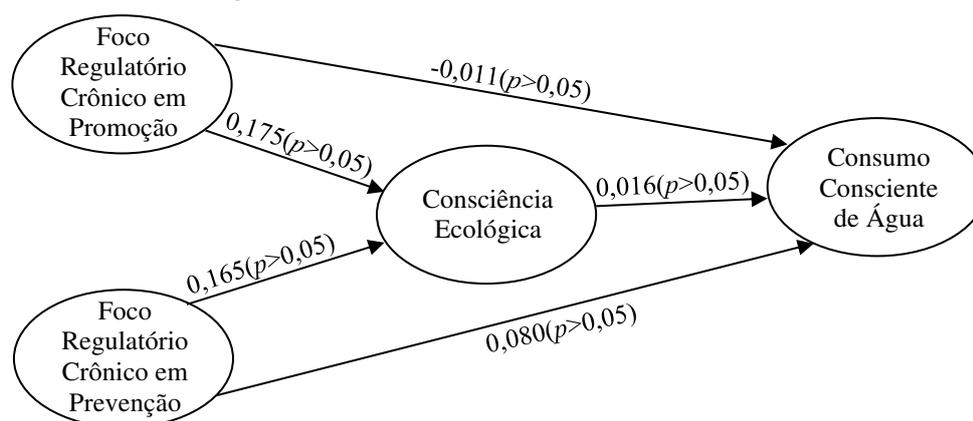
Por fim, com base nos constructos apresentados, buscou-se mensurar as relações entre eles a partir das hipóteses geradas e do modelo teórico surgido delas (Tabela 4). As relações entre as variáveis foco em promoção e consumo consciente de água (H1a), foco em prevenção e consumo consciente de água (H1b), consciência ecológica e consumo consciente de água (H2), foco em prevenção e consciência ecológica (H1c) e foco em promoção e consciência ecológica (H1d), não obtiveram resultados dentro do aceitável ($p < 0,05$), sendo, então, refutadas dentro do modelo proposto.

Tabela 4 - Testes das hipóteses da pesquisa

Hipóteses	Coefficiente padronizado	Coefficiente não padronizado	Erro padrão	Rácio crítico	<i>p</i>	Status
H1 (-): PO ---> CA	-0,028	-0,011	0,042	-0,274	0,784	Não suportada
H2 (+): PE ---> CA	0,164	0,080	0,053	1,489	0,137	Não suportada
H3 (+): CE ---> CA	0,054	0,016	0,032	0,487	0,626	Não suportada
H4 (-): PO ---> CE	0,124	0,175	0,161	1,087	0,277	Não suportada
H5 (+): PE ---> CE	0,096	0,165	0,178	0,924	0,355	Não suportada

Fonte: Elaborada pelos autores.

Figura 2 – Modelo teórico com coeficientes



Fonte: Elaborado pelos autores.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante a realização da pesquisa, buscou-se identificar se a regulação motivacional crônica do indivíduo de afastar-se de resultados negativos ou de focar na obtenção de resultados positivos poderia levá-lo a um consumo consciente de água, sobretudo, ao analisar esta relação por meio da mediação da consciência ecológica. Em uma análise inicial dos dados, pode-se apontar que os moradores da região apresentam alta tendência para o comportamento de consumo consciente da água, com uma média de 9,64 em uma escala de 1 a 10, e um baixo desvio padrão (0,62), demonstrando uma homogeneidade no comportamento. Essa relevante predisposição pode ser explicada pelas características da região estudada. Devido ao clima e às condições geográficas da região Agreste, periodicamente há épocas de seca, o que ocasiona dificuldades no abastecimento hídrico (CAMPOS, 2014). Assim, o constante envolvimento da população com essa problemática pode ser um fator explicativo ao seu uso consciente, uma vez que maior a tendência de desenvolvimento de uma consciência ecológica e, por fim, de um comportamento responsável (LAGES; VARGAS NETO 2002; LIRA, 2018).

No entanto, mesmo com esses fatores externos que podem levar à conscientização, não foi comprovado que a CE tem relação com essa tendência ao comportamento responsável. Apesar da amostra apresentar um nível de consciência ecológica satisfatório – com média de 7,21 em uma escala de 1 a 10 –, não foi encontrada uma relação estatisticamente significativa entre esta e o consumo consciente de água. Este resultado pode ser explicado devido a haver relevantes diferenças entre o nível de consciência ecológica e as ações na prática, comprovando que por vezes não há relação entre os constructos (LIRA, 2018). Em adição, outros estudos já haviam afirmado que não apenas a CE é preditora do comportamento consciente, alguns outros fatores internos e externos aos indivíduos também têm papel motivador (ROBERTS, 1996a; LI *et al.*, 2020).

No que concerne à água, pesquisas anteriores apontaram que suas características externas têm um papel importante para determinar a sua forma de consumo, como a sua qualidade e quantidade disponível, a sua forma de acesso, o nível de renda e de educação da população que a consome, a confiança nas autoridades e o custo pago pelo seu consumo (CARMO *et al.*, 2014; LILLEMØ, 2014; GÓMEZ-LLANOS *et al.*, 2020). Portanto, como a amostra deste estudo é impactada por uma quantidade limitada do recurso hídrico, além de possuírem alta escolaridade e pertencerem à classe baixa renda, isto pode levá-los a um consumo consciente da água, independente do seu nível de consciência ecológica.

Igualmente à hipótese de relação entre a CE e o consumo da água, esperava-se que houvesse uma relação positiva entre o foco crônico em prevenção e a consciência ecológica. Todavia, também não foi estabelecida essa relação entre os constructos, o que vai de encontro

com resultados encontrados na literatura. Estudos anteriores evidenciaram que aqueles regulados pela prevenção apresentam maiores responsabilidades perante terceiros (PENG *et al.*, 2015) e valorizam resultados a longo prazo (WANG *et al.*, 2019), ao mesmo tempo em que aqueles ecologicamente conscientes têm como característica um pensamento mais responsável, cauteloso e preventivo antes de tomar suas decisões (ROBERTS, 1996b), além de possuir um comportamento altruísta, com responsabilidades com outros (COSTA, ALVARES, 2018; GALOB; KRONEGGER, 2019; LI *et al.*, 2020), o que estaria alinhado à regulação para prevenção. Contudo, os resultados deste estudo apontam que não relação entre estas variáveis, indicando que mesmo que haja uma tendência para atitudes de vigilância, o consumidor pode não adotar práticas responsáveis para com o meio ambiente e a comunidade em que vive.

Com efeito, mesmo ocorrendo a associação entre as características do foco em prevenção e a CE, estudos anteriores já comprovaram que em algumas situações pode não ocorrer o ajuste regulatório. Por exemplo, Mantovani e colegas (2015) evidenciaram que em situações de adversidade, a tendência é que não ocorra esse ajuste, o que pode ser o caso para o objeto analisado. Isto é ancorado também no resultado da hipótese que previa relação negativa entre a regulação promocional e a consciência ecológica, pois foi refutada. Diferentemente do que foi suposto, há a possibilidade de que indivíduos que buscam maximizar seus resultados – ou seja, possuem foco em promoção – apresentem um maior nível de consciência ecológica. Baseado nessa nova hipótese, estudos futuros podem ser desenvolvidos a fim de comprovar essa relação.

Outrossim, a hipótese que previa uma relação negativa entre a regulação para promoção e o consumo consciente da água também não foi suportada, o que pode sinalizar que, ao praticar um uso mais consciente, podem fazê-lo justamente almejando as melhorias decorridas dessa atitude. Isto corrobora com o exposto por Lillemo (2014), que indica que o foco em evitar o desperdício está em obter ganhos e não em evitar perdas. De fato, como a população estudada sofre constantemente com problemas relacionados à água, é provável que sua motivação para um consumo responsável se dê visando maximizar os ganhos dessa situação de escassez e mudar o *status* atual, portanto a regulação crônica para a promoção pode estar relacionada positivamente ao consumo consciente da água. Apesar disso, não é possível garantir que essa relação positiva entre a promoção e o uso responsável da água seja verdadeira, por isso indica-se a realização de estudos futuros que busquem testar ligações positivas entre elas.

Em consonância com isso, em seus estudos Costa e colaboradores (2018) identificaram que consumidores com foco em prevenção são mais suscetíveis a esgotar seus recursos de autorregulação. Dessa forma, no presente estudo, a hipótese que previa uma relação positiva entre o foco preventivo e o consumo consciente da água não foi comprovada. De fato, esperava-se que os moradores da região regulados pela prevenção, por serem mais vigilantes e tentarem se afastar de resultados negativos (MANTOVANI *et al.*, 2015), apresentariam comportamentos mais responsivos no que tange aos recursos hídricos. Ao contrário disso, estes podem gastar tanta energia tentando agir de maneira responsável que podem acabar esgotando seus recursos de autocontrole. Além disso, a ênfase em obter ganhos ao evitar o desperdício (LILLEMO, 2014) pode afastar esses consumidores.

6 CONCLUSÃO

O aumento do consumo da água vem gerando preocupações no decorrer do tempo, por isso há a necessidade da adoção de medidas de conscientização por parte da população. Nesse sentido, buscou-se evidenciar o que motiva esse comportamento por meio da teoria do foco regulatório crônico e da consciência ecológica. Mediante os resultados obtidos, foi evidenciado, contraintuitivamente, que ambos os constructos não possuem influência estaticamente significativa no consumo consciente da água no Agreste pernambucano. Neste sentido, este

estudo revela que independente do nível de consciência ecológica da população, há uma tendência ao consumo consciente da água devido à ênfase em obtenção de ganhos imediatos. Com isso, pode-se apontar que políticas públicas voltadas a aumentar a consciência ecológica dos indivíduos podem não ser tão eficazes.

Ademais, fica evidente que a abordagem conservadora de políticas públicas que visem apontar os prejuízos para o desperdício da água, possivelmente, não serão tão efetivas, uma vez que o perfil mais vigilante parece não ter relação de influência com a conservação dos recursos hídricos. Assim, sugere-se que os recursos sejam investidos em propagação dos resultados positivos para o indivíduo ao utilizar a água de forma consciente, havendo uma ênfase nas campanhas de conscientização não em perdas ao não usar de forma consciente a água, mas nos benefícios imediatos, levando os indivíduos a um nível concreto de percepção dos ganhos.

Ressalta-se que o fato de a amostra utilizada ser predominantemente jovem, com alta escolaridade, pode ter relação com os resultados das hipóteses, uma vez que podem visualizar de forma mais concreta os benefícios do consumo consciente. Assim, o perfil adotado apresenta-se como uma limitação ao estudo. Por isso, pesquisas futuras podem ser desenvolvidas tentando atingir respondentes mais diversificados a fim de complementar o estudo realizado. Além disso, o foco regulatório crônico pode não ser uma característica dos respondentes deste estudo, sugere-se, então, que uma pesquisa experimental seja realizada a fim de manipular o foco regulatório dos indivíduos e testar o modelo aqui proposto. Em adição, outro ponto pode ser observado no que tange à escala de consciência ecológica utilizada. Considerando que a consciência ecológica total de um indivíduo é formada pela soma de suas consciências ecológicas individuais, um indivíduo pode possuir alta conscientização para uns segmentos e apresentar baixa representatividade no que se refere à CE para os recursos hídricos. Assim, a escala de consciência ecológica utilizada se apresenta como um fator limitante, uma vez que possui itens generalistas que consideram o uso doméstico dos recursos naturais como um todo.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A., KUMAR, V., & DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

AAKER, J. L.; LEE, A. Y. “I” seek pleasure and “we” avoid pains: the role of self regulatory goals in information processing and persuasion. **Journal of Consumer Research**, v. 28, p. 33-49, 2001.

ANDERSON, J. C., & GERBING, D. W. Structural equation modeling in practice: A review and recommended two-step approach. **Psychological Bulletin**, v. 103, n. 3, 411-423, 1988.

ANDERSSON, D.; NÄSSEN, J. Should environmentalists be concerned about materialism? An analysis of attitudes, behaviours and greenhouse gas emissions. **Journal of Environmental Psychology**, v. 48, p 1-11, dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.08.002>.

BAGOZZI, R. P. Attitudes, intentions, and behavior: a test of some key hypotheses. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 41, n. 4, p 607-627, 1981. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.41.4.607>.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142014000300005>.

CARMO, R. L.; DAGNINO, R. S.; JOHANSEN, I. C. Transição demográfica e transição do consumo urbano de água no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 1, p. 169-190, jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-30982014000100010>.

CHAN, K. C.; HSU, Y. T.; HSU, C. L.; SUNG, Y. K. Effect of tangibilization cues on consumer purchase intention in the social media context: regulatory focus perspective and the moderating role of perceived trust. **Telematics and Informatics**, v. 44, p. 1-14, nov. 2019. 2019. <http://dx.doi.org/10.1016/j.tele.2019.101265>.

COOPER, D. R., & SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, F. S.; ALVARES, I. J. Comportamento de consumo ecologicamente consciente: uma análise da consciência ecológica do servidor público federal. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 7, n. 4, p. 261-288, 12 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v7e42018261-288>.

COSTA, M. F.; FARIAS, S. A.; ANGELO, C. F. Chronic Regulatory Focus: resist impulse consumption or let it happen? **Review of Business Management**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 619-637, set. 2018. <http://dx.doi.org/10.7819/rbgn.v0i0.3954>.

DONG, X.; LIU, S.; LI, H.; YANG, Z.; LIANG, S.; DENG, N. (2020). Love of nature as a mediator between connectedness to nature and sustainable consumption behavior. **Journal of Cleaner Production**, v. 242, 118451.

FAN, L. WANG, F.; LIU, G.; YANG, X.; QIN, W. Public Perception of Water Consumption and Its Effects on Water Conservation Behavior. **Water**, v. 6, n. 6, p. 1771-1784, 16 jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.3390/w6061771>.

FINKLER, N. R.; MENDES, L. A.; BORTOLIN, T. A.; SCHNEIDER, V. E. Cobrança pelo uso da água no Brasil: uma revisão metodológica. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 33-49, abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v33i0.36413>.

GOLOB, U.; KRONEGGER, L. Environmental consciousness of European consumers: a segmentation-based study. **Journal of Cleaner Production**, v. 221, p. 1-9, jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.02.197>.

GÓMEZ-LLANOS, E.; DURÁN-BARROS, P.; ROBINA-RAMÍREZ, R. Analysis of consumer awareness of sustainable water consumptions by the water footprint concept. **Science of The Total Environment**, v. 721, p. 1-11, jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.137743>.

HAMZA, K.; DALMARCO, D. As certificações sustentáveis e sua relevância para o consumo consciente e os negócios. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 2, p. 1-20, 2012. <https://doi.org/10.18696/reunir.v2i2.67>.

HAIR JR. J., BLACK, W. C., BABIN, B. J., ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HIGGINS, E. T. Beyond pleasure and pain. **American Psychologist**, v. 52, n. 12, p. 1280-1300, 1997. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.52.12.1280>.

HIGGINS, E. T.; FRIEDMAN, R. S.; HARLOW, R. E.; IDSON, L. C.; AYDUK, O. N.; TAYLOR, A. Achievement orientations from subjective histories of success: promotion pride versus prevention pride. **European Journal of Social Psychology**, v. 31, p. 3-23, 2001.

KLINE, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. New York, NY: Guilford, 2011.

KROTH, G. L.; LÖBLER, M. L. Teoria do Foco Regulatório: um estudo bibliométrico do estado atual da produção brasileira e da relação com a teoria dos prospectos. **Id On Line Revista de Psicologia**, v. 13, n. 44, p. 508-524, 27 fev. 2019. <http://dx.doi.org/10.14295/idonline.v13i44.1634>.

LAGES, N. S.; VARGAS NETO, A. Mensurando a consciência ecológica do consumidor: um estudo realizado na cidade de Porto Alegre. In: Encontro Anual da Associação Brasileira dos Programas de Pós-graduação em Administração, 26., 2002, Salvador. **Anais [...]** Salvador, 2002.

LI, J.; REN, L.; SUN, M. Is there a spatial heterogeneous effect of willingness to pay for ecological consumptions? An environmental cognitive perspective. **Journal of Cleaner Production**, v. 245, p. 1-10, fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.118259>.

LILLEMO, C. Measuring the effect of procrastination and environmental awareness on households' energy-saving behaviour: an empirical approach. **Energy Policy**, v. 66, p. 249-259, mar. 2014. <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2013.10.077>.

LIRA, F. T. Fatores que influenciam a valorização de produtos ecológicos por consumidores ecologicamente conscientes. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 90-107, 21 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v12i2.1491>.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. São Paulo: Editora Bookman, 2012.

MANTOVANI, D.; TAZIMA, D. I. Visual art and regulatory fit messages on consumer evaluations. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 152-165, abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020160203>.

MARGETTS, E. A.; KASHIMA, Y. Spillover between pro-environmental behaviours: the role of resources and perceived similarity. **Journal of Environmental Psychology**, v. 49, p. 30-42, abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvp.2016.07.005>.

PENG, A. C.; DUNN, J.; CONLON, D. E. When vigilance prevails: the effect of regulatory focus and accountability on integrative negotiation outcomes. **Organizational Behavior and Human Decision Process**, v. 126, p. 77-87, 2015. <http://doi.org/10.1016/j.obhdp.2014.10.008>.

PHAM, M. T.; CHANG, H. Regulatory focus, regulatory fit, and the search and consideration of choice alternatives. **Journal of Consumer Research**, v. 37, v. 4, p. 626-640, 2010.

ROBERTS, J. A. Will the real socially responsible consumer please step forward? **Business Horizons**, Texas, v. 39, n. 1, p. 79-83, 27 mar. 1996. [http://dx.doi.org/10.1016/s0007-6813\(96\)90087-7](http://dx.doi.org/10.1016/s0007-6813(96)90087-7).

ROBERTS, J. A. Green consumers in the 1990s: profile and implications for advertising. **Journal of Business Research**, v. 36, n. 3, p. 217-231, jul. 1996. [http://dx.doi.org/10.1016/0148-2963\(95\)00150-6](http://dx.doi.org/10.1016/0148-2963(95)00150-6).

ROBERTS, J. A.; BACON, D. R. Exploring the Subtle Relationships between Environmental Concern na Ecologically Conscious Consumer Behavior. **Journal of Business Research**, v. 40, n. 1, p. 79-89, set. 1997. [http://dx.doi.org/10.1016/s0148-2963\(96\)00280-9](http://dx.doi.org/10.1016/s0148-2963(96)00280-9).

SCHLEGELMILCH, B. B.; BOHLEN, G. M.; DIAMANTOPOULOS, A. The link between green purchasing decisions and measures of environmental consciousness. **European Journal of Marketing**, v. 30, n. 5, p. 35-55, maio 1996. <http://dx.doi.org/10.1108/03090569610118710>.

SILVA, M. E.; OLIVEIRA, A. P. M.; GÓMEZ, C. R. P. Indicadores de consumo consciente: uma avaliação do recifense sob a ótica do consumo sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 173-190, 31 ago. 2013. <http://dx.doi.org/10.5329/recadm.2013012>.

VALOR, C.; ANTONETTI, P.; MERINO, A. The relationship between moral competences and sustainable consumption among higher education students. **Journal of Cleaner Production**, v. 248, 119161, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.119161>

VERIATO, M. K. L.; BARROS, H. M. M.; SOUZA, L. P.; CHICÓ, L. R.; BAROSI, K. X. L. Água: escassez, crise e perspectivas para 2050. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v. 10, n. 2, p. 17-22, 3 dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.18378/rvads.v10i5.3869>.

WANG, D.; HAO, L.; ZHOU, M.; MAGUIRE, P.; ZHANG, X.; ZHANG, X.; HU, Y.; SU, X. Making decisions for oneself and others: how regulatory focus influences the decision maker role effect for intertemporal choices. **Personality and Individual Differences**, v. 149, p. 223-230, out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2019.05.034>.

WERH, L.; FOERSTER, J. How regulatory focus influences consumer behavior. **European Journal of Social Psychology**, v. 37, n. 1, p. 33-51, jan. 2007. <http://dx.doi.org/10.1002/ejsp.343>.

WESTJOHN, S. A.; ARNOLD, M. J.; MAGNUSSON, P.; REYNOLDS, K. The Influence of Regulatory Focus on Global Consumption Orientation and Preference for Global Versus Local Consumer Culture Positioning. **Journal of International Marketing**, v. 24, n. 2, p. 22-39, 2016. <https://doi.org/10.1509/jim.15.0006>.